JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.23 07:07:54 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira, 23, 24, 25 e 26 de dezembro de 2023 • Nº 1709 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Solenidade do Natal do Senhor – Missa da Noite

PÁGINA 4

CONTAS PÚBLICAS

Haddad diz que continuará a buscar 'déficit zero' em 2024

Apesar de desidratações de algumas medidas enviadas ao Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse nesta sexta-feira, em Brasília, que continuará a buscar o déficit zero em 2024. Ele afirmou que o objetivo pode ser alcançado não apenas por meio do aumento de arrecadação, mas do crescimento econômico, caso o Banco Central prossiga com o corte dos juros. "É importante a Fazenda continuar perseguindo a meta de equilíbrio fiscal. É o que faremos à luz dos acontecimentos. Vamos buscar essa meta, pois é importante ao país", disse Haddad em café da manhã de fim de ano com jornalistas. O déficit primário zero consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, aprovada pelo Congresso na última segunda-feira. PÁGINA 2

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

FUNDÃO ASSUSTADOR

Congresso aprova Orçamento para 2024

O Congresso Nacional aprovou sexta-feira, último dia do ano legislativo, o Orçamento de 2024 com um corte em torno de R$ 7 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal vitrine do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se do primeiro Orçamento do terceiro mandato de Lula, uma vez que o de 2023 foi elaborado na gestão Bolsonaro. Na primeira versão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), havia reduzido R$ 17 bilhões do PAC, ao prever R$ 44,3 bilhões para o programa no ano que vem, em vez dos R$ 61,3 bilhões indicados pelo Executivo. No novo texto, o parlamentar destinou em torno de R$ 54 bilhões ao programa. O corte serviu para turbinar o valor das emendas de comissão, que passaram de R$ 11,3 bilhões - piso estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 - para R$ 16,6 bilhões no ano que vem. O texto também prevê um valor recorde para emendas parlamentares, de R$ 53 bilhões. Segundo o texto, R$ 6,3 bilhões serão realocados para o PAC provenientes de despesas obrigatórias que foram redimensionadas, devido à inflação menor que o esperado. Com o novo cenário, a correção inflacionária do salário mínimo passará de 4,48% para 3,85%, reduzindo uma série de gastos federais, como benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego. PÁGINA 2

PARTIDOS

Congresso se alia a Gilmar para barrar acesso de 'nanicos' ao STF

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu sexta-feira, limitar o acesso de partidos pequenos ao Supremo Tribunal Federal (STF). A medida é defendida também pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo ministro Gilmar Mendes, integrante da Corte. A cúpula da Câmara quer votar um projeto de autoria do deputado Marcos Pereira (Republicanos), vice-presidente da Casa, que foi apelidado de "PL da Moderação dos Poderes". A proposta é aumentar o "sarrafo" para que partidos possam ingressar no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). De acordo com o texto, somente siglas que alcançarem a cláusula de desempenho nas eleições terão esse direito. Na prática, isso reduz o poder de partidos menores. Esse projeto é resultado de propostas feitas em 2020 por uma comissão de juristas presidida pelo próprio Gilmar Mendes. PÁGINA 3

BANG-BANG

Após tapa, deputado quer armar todos os parlamentares

PÁGINA 3

ONU

EUA se abstêm e aliviam 'genocídio' em Gaza

O Conselho de Segurança da ONU adotou sexta-feira, a resolução que pede o aumento da ajuda humanitária aos civis na Faixa de Gaza. Após quase uma semana de intensa negociação para evitar que os Estados Unidos, principal aliado de Israel, vetassem o texto, foi aprovada uma versão diluída, sem a parte que pedia a "suspensão urgente das hostilidades" no enclave. Os Estados Unidos já haviam usado o poder de veto como membro permanente do Conselho duas vezes para barrar resoluções que pediam cessar-fogo em Gaza, onde a guerra já deixou mais de 20 mil mortos, segundo o ministério da Saúde local que é controlado pelo Hamas. Dessa vez, decidiu se abster, permitindo que a resolução fosse aprovada após uma intensa negociação que contou com Egito e Emirados Árabes Unidos. Depois de ser suspensa repetidas vezes durante a semana enquanto o texto era modificado para garantir o apoio de Washington, a votação terminou com 13 votos a favor e nenhum contrário. Além dos EUA, a Rússia, que também é membro permanente do Conselho, se absteve. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 0,43% / 132.752,93 / 570,92 / Volume: R$ 20.995.145.811 / Negócios: 3.516.967

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
C.BAHIA ON EG NM	10.920	+5.20	+0.540
RAIZEN PN EJ N2	4.200	+4.22	+0.170
ALPARGATAS PN N1	9.50	+4.05	+0.37
P.ACUCAR-CBDON NM	4.02	+2.81	+0.11
LOJAS RENNERON EJ NM	17.71	+2.25	+0.39

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	45.55	–6.18	–3.00
YDUQS PART ON NM	22.28	–2.79	–0.64
VAMOS ON EJ NM	9.730	–0.61	–0.060
TOTVS ON NM	32.85	–1.50	–0.50
CARREFOUR BRON NM	12.31	–1.44	–0.18

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	76.39	–0.75	–0.58
PETROBRAS PN N2	36.74	+0.96	+0.35
ITAUUNIBANCOPN N1	33.31	+1.59	+0.52
BRADESCO PN EJ N1	16.83	+0.85	+0.14
ALPER S.A. ON NM	43.50		

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	37.385,97	-0,05
NASDAQ Composite	14.992,972	+0,19
CAC 40	7.568,82	-0,03
FTSE 100	7.697,51	+0,04
DAX	16.706,18	+0,11
Ftse Mib	30.353,29	+0,26

Salário mínimo	R$ 1.320,00	**IGP-M**	0,59% (nov.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,28% (nov.)	Compra: 5,4106	Venda: 5,5906
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,8619	-0,28%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(22/12)	0,6286%	BM&F/grama	R$ 321,94	Compra: 4,8600	Venda: 4,8606
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(22/12)	0,1280%	Compra: 5,3529	Venda: 5,3535	Compra: 4,8809	Venda: 5,0609

MERCADOS

Fluxo estrangeiro puxa Bolsa a nova máxima, com 132,7 mil pontos

CÍCERO COTRIM/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou o segundo dia consecutivo de ganhos e renovou sexta-feira, o recorde no fechamento, com alta de 0,43%, aos 132.752,93 pontos. Na máxima do dia, chegou a superar a marca de 133 mil pontos pela primeira vez na história. Operadores atribuem a valorização à entrada de investidores estrangeiros na Bolsa brasileira neste fim de ano, com a aprovação da pauta de aumento da arrecadação no Congresso.

Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumulou alta de 1,96%, amparado pela expectativa de redução dos juros nos Estados Unidos, pelo avanço da agenda no Congresso e pelo aumento do rating do Brasil pela agência S&P, de BB- para BB. O índice de referência da B3 sobe 4,26% em dezembro e 20,98% desde o início do ano.

Sexta-feira, a entrada de recursos se traduziu em ganhos durante a maior parte da sessão, com o Ibovespa flertando com o terreno negativo apenas brevemente, quando chegou até a mínima de 132 093,76 pontos (-0,07%). Na máxima, avançou até os 133.035,32 pontos (+0,65%), o maior nível nominal da história.

Segundo o operador de renda variável da Manchester Investimentos Thiago Lourenço, a entrada de recursos estrangeiros na Bolsa explica o desempenho do Ibovespa hoje. Ele cita os ganhos de Petrobras (+0,96% PN, +1,34% ON), mesmo com a queda em torno de 0,4% dos preços do petróleo, e de grandes bancos como Itaú Unibanco PN (+1,59%) e Bradesco (+0,90% PN, +0,8% ON) como evidências do movimento.

A queda de 0,75% de Vale ON foi a principal responsável por limitar os ganhos do Ibovespa, mesmo com aumento de 3% nos preços do minério de ferro em Dalian, na China.

Mesmo com a tendência de redução de liquidez no fim do ano, o Ibovespa movimentou hoje R$ 21,0 bilhões. Na ponta vencedora, apareceram Casas Bahia ON (+5,2%), Raízen PN (+4,22%), Alpargatas PN (+4,05%) e Pão de Açúcar ON (+2,81%). Na outra ponta, as maiores quedas foram de IRB Brasil Re ON (-6,18%), Yduqs ON (-2,79%), Totvs ON (-1,50%) e Carrefour ON (-1,44%).

DÓLAR CAI

Dados apontando desaceleração da inflação nos Estados Unidos engrossaram o caldo de indicadores que sugerem um corte de juros no país no primeiro trimestre de 2024 e, junto com perspectivas positivas para a economia brasileira no ano que vem, serviram de argumento para a quarta queda do dólar esta semana na comparação com o real. Desde a última sexta-feira a moeda recuou 1,7% no mercado à vista. No mês, o dólar cai 1,3%, e no ano, cerca de 8%.

Sexta, a moeda cedeu 0,53% em relação ao real, a R$ 4,8616, tendo operado entre a mínima de R$ 4,8492 e a máxima de R$ 4,8803. Às 18h, o contrato de dólar futuro para janeiro de 2024 cedia 0,5%, cotado em R$ 4,8595.

CONTAS PÚBLICAS

Haddad diz que continuará a buscar 'déficit zero' em 2024

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar de desidratações de algumas medidas enviadas ao Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, em Brasília, que continuará a buscar o déficit zero em 2024. Ele afirmou que o objetivo pode ser alcançado não apenas por meio do aumento de arrecadação, mas do crescimento econômico, caso o Banco Central prossiga com o corte dos juros.

"É importante a Fazenda continuar perseguindo a meta de equilíbrio fiscal. É o que faremos à luz dos acontecimentos. Vamos buscar essa meta, pois é importante ao país", disse Haddad em café da manhã de fim de ano com jornalistas. O déficit primário zero consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, aprovada pelo Congresso na última segunda-feira.

O ministro não descartou a possibilidade de enviar novas medidas ao Congresso Nacional ou até recorrer ao Supremo Tribunal Federal para zerar o déficit nas contas públicas, caso seja necessário. "Há aposta em determinadas medidas, com expectativas. Se não funcionou, vou corrigir dessa maneira. Vamos acompanhar a evolução no ano que vem, dialogando com o Judiciário e o Legislativo para ir corrigindo o rumo", acrescentou o ministro.

RECEITAS EXTRAS

Para cumprir a meta de déficit primário zero no próximo ano, o governo precisa obter R$ 168 bilhões em receitas extras em 2024. A maior parte dos recursos, ressaltou Haddad, está confirmada após o Congresso Nacional aprovar as medidas de tributação de mais ricos e de novos setores da economia.

O ministro da Fazenda agradeceu ao Congresso Nacional - especialmente aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco - e justificou o envio gradual dos projetos e das medidas provisórias com base na necessidade de dar tempo para os parlamentares debaterem temas complexos.

"Não mandamos tudo no início do ano. Demos o tempo necessário para que as medidas fossem digeridas, dada a complexidade", justificou. "É como uma cartela de remédios. Não dá para tomar todos de uma vez. Tem de ser um comprimido de 12 em 12 horas", comparou.

O ministro citou como principais conquistas do governo neste ano a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), aprovada em agosto; a limitação do abatimento de ajudas financeiras estaduais do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aprovada esta semana; e a taxação dos fundos exclusivos e das offshores (empresas de investimento no exterior), aprovada no fim de outubro.

CONSERVADORISMO

Outro fator que pode diminuir as dificuldades do governo no próximo ano, destacou o ministro, são as estimativas oficiais conservadoras, abaixo das previsões do mercado. Ele citou dois casos: a projeção de arrecadar R$ 35,4 bilhões com a restrição às ajudas financeiras do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e R$ 700 milhões com a taxação de apostas esportivas.

JUROS

Para Haddad, existe espaço para o Banco Central continuar a cortar a Taxa Selic (juros básicos da economia). Depois de quatro cortes seguidos desde agosto, a taxa está em 11,75% ao ano, e o Banco Central indicou - na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) - que pretende fazer pelo menos mais dois cortes de meio ponto percentual até março.

FUNDÃO ASSUSTADOR

Congresso aprova Orçamento com corte no PAC, recorde de emendas

GIORDANNA NEVES, IANDER PORCELLA E BIANCA LIMA/AE

O Congresso Nacional aprovou sexta-feira, último dia do ano legislativo, o Orçamento de 2024 com um corte em torno de R$ 7 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal vitrine do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se do primeiro Orçamento do terceiro mandato de Lula, uma vez que o de 2023 foi elaborado na gestão Bolsonaro.

Na primeira versão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), havia reduzido R$ 17 bilhões do PAC, ao prever R$ 44,3 bilhões para o programa no ano que vem, em vez dos R$ 61,3 bilhões indicados pelo Executivo.

No novo texto, o parlamentar destinou em torno de R$ 54 bilhões ao programa. O corte serviu para turbinar o valor das emendas de comissão, que passaram de R$ 11,3 bilhões - piso estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 - para R$ 16,6 bilhões no ano que vem. O texto também prevê um valor recorde para emendas parlamentares, de R$ 53 bilhões.

Segundo o texto, R$ 6,3 bilhões serão realocados para o PAC provenientes de despesas obrigatórias que foram redimensionadas, devido à inflação menor que o esperado. Com o novo cenário, a correção inflacionária do salário mínimo passará de 4,48% para 3,85%, reduzindo uma série de gastos federais, como benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego.

O valor do mínimo em 2024, com base nesse novo porcentual, deverá ficar em torno de R$ 1.415, em vez dos R$ 1.421 previstos inicialmente. O restante da recomposição do PAC virá de remanejamentos de outras rubricas do Orçamento.

EMENDAS RECORDE

O Orçamento de 2024 terá volume recorde de emendas parlamentares, no valor de, aproximadamente, R$ 53 bilhões. No total, os parlamentares terão direito a cerca de R$ 16,6 bilhões em emendas de comissão, R$ 25 bilhões em emendas individuais impositivas e R$ 11,3 bilhões em emendas de bancada estadual.

Emendas parlamentares são recursos no Orçamento do governo federal que podem ser direcionados aos redutos eleitorais de deputados e senadores para, por exemplo, realizar obras e implementar políticas públicas.

Este ano, o relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), turbinou os recursos destinados às emendas de comissão. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada este ano definiu que o valor destinado às emendas de comissão será equivalente a "ao menos" 0,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano de 2022, o que representa R$ 11,3 bilhões. A inclusão da expressão "ao menos" abriu espaço para que parlamentares pleiteassem um valor maior, que chegou a R$ 16,6 bilhões.

PÓS-PRODUÇÃO

Petrobras analisará proposta da Mubadala para parceria na Bahia

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A Petrobras informou sexta-feira, no Rio de Janeiro, que recebeu comunicação da empresa de investimento internacional Mubadala Capital, propondo a formalização de discussões sobre a formação de potencial parceria estratégica para o desenvolvimento do *downstream* (atividades de pós-produção, como refino, transporte e comercialização de produtos petrolíferos) no Brasil, em continuidade ao memorando de entendimentos divulgado em 4 de setembro de 2023.

A iniciativa tem como escopo negócios voltados ao refino tradicional, bem como o desenvolvimento de uma biorrefinaria na Bahia.

O objetivo da futura parceria é fortalecer o ambiente de negócios no setor, além do incremento do fornecimento de combustíveis de matriz renovável no Brasil. O modelo de negócio a ser analisado levará em consideração investimentos futuros e desenvolvimento de novas tecnologias em conjunto com a Mubadala Capital.

A Mubadala, que, por meio da Acelen, controla a Refinaria de Mataripe (RefMat) e a Acelen Energia Renovável S.A. (Biorrefinaria), indica em sua correspondência os principais termos e condições da eventual parceria. A Petrobras avaliará a aquisição de participação acionária nestes ativos.

A proposta ainda será objeto de avaliação interna pela Petrobras. A companhia também esclarece que eventuais decisões de investimentos deverão, dentro da governança estabelecida na Petrobras, passar pelos processos de planejamento e aprovação previstos nas sistemáticas aplicáveis, tendo sua viabilidade técnica e econômica demonstrada e em linha com seu Plano Estratégico 2024-2028+.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278

BENEFÍCIOS

Medidas para compensar desoneração da folha devem sair na terça-feira

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As medidas para compensar a desoneração da folha de pagamento voltaram a ser adiadas, confirmou sexta-feira, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). Em café da manhã de fim de ano com jornalistas, ele afirmou que as ações vão recompor apenas o impacto da prorrogação do benefício para 17 setores da economia, sem considerar a redução da contribuição para a Previdência de cidades de pequeno porte.

Segundo o ministro, as medidas deverão ser apresentadas na próxima terça-feira. Sem adiantar detalhes, ele negou que o governo esteja aumentando a carga tributária, argumentando que o governo está cumprindo a Constituição.

CONSTITUIÇÃO

"Não posso adiantar detalhes, mas são medidas compensatórias. Não se trata, em nenhum momento, de criar imposto ou aumentar alíquota. Vamos apenas seguir a Constituição, que estabelece determinadas obrigações", assegurou.

Sem se aprofundar, o ministro apenas negou que as medidas envolvam mudanças no Imposto de Renda e na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), tributo que incide sobre combustíveis.

Haddad ressaltou que a lei que teve o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva derrubado pelo Congresso é inconstitucional por dois motivos. Primeiramente, a emenda constitucional da reforma da Previdência estabeleceu que nem o governo e nem o Congresso podem estabelecer medidas que aumentem o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em segundo lugar, a Emenda Constitucional Emergencial, de 2021, obrigou o governo a rever todos os incentivos fiscais.

JOSE CRUZ/ABRASIL

Para evitar que a Advocacia-Geral da União questione a lei no Supremo Tribunal Federal (STF), o governo pretende propor uma reoneração gradual da folha de pagamento. Para compensar o impacto temporário da desoneração parcial, o governo incluirá medidas de aumento da arrecadação neste período, de modo que o impacto para o caixa do governo seja zero.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

PARTIDOS

Congresso se alia a Gilmar para barrar 'nanicos' no STF

IANDER PORCELLA
E JULIA AFFONSO/AE

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu sexta-feira, limitar o acesso de partidos pequenos ao Supremo Tribunal Federal (STF). A medida é defendida também pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo ministro Gilmar Mendes, integrante da Corte.

A cúpula da Câmara quer votar um projeto de autoria do deputado Marcos Pereira (Republicanos), vice-presidente da Casa, que foi apelidado de "PL da Moderação dos Poderes".

A proposta é aumentar o "sarrafo" para que partidos possam ingressar no STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). De acordo com o texto, somente siglas que alcançarem a cláusula de desempenho nas eleições terão esse direito. Na prática, isso reduz o poder de partidos menores.

Esse projeto é resultado de propostas feitas em 2020 por uma comissão de juristas presidida pelo próprio Gilmar Mendes. Na época em que foi constituído esse grupo de juristas, o presidente da Câmara era Rodrigo Maia.

"Uma proposta que poderá vir, e eu sei que tem a concordância do ministro Gilmar, (foi) um debate que tivemos recentemente, que é a da limitação de acesso ao Supremo. É muito alargado o rol daqueles que podem ingressar no Supremo para poder pedir inconstitucionalidade de lei", declarou Pacheco, durante café da manhã com jornalistas na residência oficial do Senado.

"Há um grande debate no Congresso Nacional, ganha (a aprovação do projeto) com 350 votos na Câmara, 50 e tantos votos no Senado, e aí um partido judicializa e diz que é inconstitucional, como se não tivesse crivo de constitucionalidade no Congresso", emendou. Pacheco disse não conhecer os detalhes do projeto da Câmara, mas afirmou que o conteúdo geral terá "simpatia" no Senado.

Projeto é alternativa mais 'ligth' a PEC que limita poderes do Supremo.

O projeto articulado na Câmara por Lira e Gilmar, relatado pelo deputado Alex Manente (Cidadania-SP), também inclui uma limitação das decisões monocráticas de ministros do STF e é visto, nesse contexto, como uma alternativa à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada no Senado, por ser mais "light".

Ao invés de proibir a concessão de liminares para suspender leis aprovadas no Congresso, como prevê a PEC, o projeto apresentado por Marcos Pereira propõe que ministros do STF tomem decisões individuais somente no recesso do Judiciário, em caso de "extrema urgência, perigo de lesão grave e excepcional interesse social".

Além disso, a decisão precisaria ser fundamentada em jurisprudência anterior da Corte e deve ser julgada pelo plenário na sessão subsequente.

Quando a PEC das decisões monocráticas foi aprovada no Senado, em novembro, Gilmar chegou a dizer que os senadores haviam dado sinal verde à proposta de "pigmeus morais". Pacheco reagiu, na ocasião, e disse que o Senado não aceitaria intimidações O presidente da Casa disse naquele momento e repetiu nesta sexta-feira que a reação de integrantes da Corte foi "desproporcional".

ELEIÇÕES 2024

Bolsonaristas protestam contra apoio a Nunes e pedem Ricardo Salles

HEITOR MAZZOCO/AE

Depois de que o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) apoiará Ricardo Nunes (MDB), atual prefeito da capital paulista, na disputa pela reeleição no ano que vem, núcleos bolsonaristas têm mostrado insatisfação nas redes. Um segmento dos apoiadores do ex-presidente prefere apoiar Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente. Um dos expoentes do descontentamento é o deputado estadual Lucas Bove (PL).

Na rede social "X", antigo Twitter, o parlamentar citou uma frase dita pelo próprio Bolsonaro há pouco mais de uma semana, quando afirmou que o candidato deveria ser Salles. Em evento do PL no dia 12 de dezembro, o ex-presidente pediu "Salles prefeito" em conversa com jornalistas e acrescentou que "São Paulo merece realmente um nome de uma pessoa que vá fazer pelo município, e não fazer por um partido".

Foi essa frase que Bove destacou e, na sequência, disse que espera um candidato de direita para disputar o Poder Executivo da capital. "Essas foram as últimas palavras que saíram da boca do nosso líder e sempre presidente Bolsonaro sobre a Prefeitura de SP! Portanto, eu ainda acredito que teremos uma candidatura de direita. Ou vocês confiam na palavra de mais alguém que não seja o próprio presidente?", publicou para seus seguidores.

Na tarde de sexta-feira, o deputado voltou a comentar sobre o assunto. "De minha parte, a decisão final do presidente Jair Bolsonaro será respeitada e acatada, ele é nosso líder e ponto. Mas, enquanto ele não se pronuncia oficialmente, sigo acreditando, torcendo e sonhando em ter um candidato de direita na minha cidade querida", disse. Ao final da postagem, ele colocou uma hashtag em apoio a Ricardo Salles.

Ex-deputado federal e apoiador de Bolsonaro, Coronel Tadeu (PL) publicou uma live com o título: "Ricardo Salles poderá dar uma senhora rasteira em Ricardo Nunes." Ele citou que a "direita" precisa se unir em São Paulo e usou como exemplo as eleições de 2022, quando Bolsonaro, Tarcísio de Freitas e Marcos Pontes perderam na capital paulista, ainda que Freitas e Pontes tenham ganho no Estado.

"Na cidade de São Paulo, o Lula ganhou do Bolsonaro. O (Fernando) Haddad ganhou de Tarcísio. O Marcos Pontes perdeu para o Márcio França no Senado. A direita está precisando mostrar mais força na cidade de São Paulo. Ganhar a Prefeitura é muito importante. E grupo é grupo. O município de São Paulo é o maior do Brasil, tem orçamento maior que muitos Estados. É importante a direita marcar posição. Quem vai dizer quem é candidato é Jair Messias Bolsonaro", disse em trecho da live.

Apoiadores de Bolsonaro aproveitaram as publicações para comentar e mostrar sua preferência por Ricardo Salles na disputa pela Prefeitura de São Paulo no ano que vem.

Como o Estadão mostrou, depois do acordo em torno do nome de Ricardo Nunes, caberá a Jair Bolsonaro indicar o nome do vice Isso ocorrerá em meados de fevereiro, quando Bolsonaro retorna de férias.

A disputa pela Prefeitura de São Paulo tem ainda, por ora, Guilherme Boulos (PSOL), Kim Kataguiri (União), Tabata Amaral (PSB) e Maria Helena (Novo) entre seus pré-candidatos.

ACORDO DE LENIÊNCIA

Transparência critica Toffoli por suspender multa de R$ 10 bi da J&F

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

O presidente da Transparência Internacional François Valérian afirmou sexta-feira, que a decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, de suspender multa de R$ 10,3 bilhões do acordo de leniência da J&F foi baseada em 'falsas alegações'. A organização anticorrupção atribui ao grupo 'acusações infundadas e o assédio judicial' na tentativa de enterrar um dos maiores acordos de leniência já negociados com o Ministério Público Federal.

A Transparência Internacional alega que a J&F tem usado a 'disseminação de desinformação' sobre a organização 'para escapar de sanções criminais e administrativas por grandes esquemas de corrupção que confessou tanto no Brasil quanto nos EUA'. A reportagem entrou em contato com a empresa e o gabinete do ministro do STF, que ainda não se manifestaram.

"Apesar de se comprometer publicamente e perante as autoridades judiciais no Brasil e nos EUA a descontinuar suas atividades criminosas e a adotar elevados padrões éticos, a J&F continua a apresentar informações falsas ao Supremo Tribunal Federal do Brasil. É desconcertante que a decisão do Supremo, que suspendeu uma multa de US$ 2,01 bilhões à J&F, com base em tais informações, tenha sido emitida por um único juiz num processo sigiloso", afirmou a entidade em nota.

A Transparência Internacional foi citada em diferentes momentos do pedido da J&F para suspensão da multa do acordo de leniência. O grupo narrou 'relações nebulosas travadas' entre expoentes da Operação Lava Jato e a organização com o suposto 'desvirtuamento de instrumentos legais de combate à corrupção para criar um verdadeiro esquema de pressão e achaque' contra a empresa.

Em reação ao fato de Toffoli ter acolhido o pedido da J&F e suspendido a multa da leniência fechada com o MPF, o presidente da Transparência Internacional atribuiu 'comportamento desonesto' do grupo e de sua principal empresa, a JBS.

Segundo Valerian, a conduta da J&F no Brasil 'revela como a impunidade pode favorecer o mau comportamento de uma empresa, especialmente uma com histórico de grande corrupção e graves crimes ambientais na Amazônia'.

"(A decisão de Toffoli) Levanta preocupações de que o comportamento desonesto da J&F e de sua principal empresa, a JBS, persistirão, impactando os direitos das pessoas e o meio ambiente no Brasil e no mundo. As autoridades brasileiras e internacionais, os investidores e a sociedade civil devem tomar medidas decisivas para evitar isso", ponderou.

VERÃO

Operação deve elevar segurança no litoral

DANIEL MELLO/ABRASIL

O governo de São Paulo lançou nesta semana a Operação Verão para aumentar a segurança em 16 municípios do litoral sul e norte do estado. Um dos focos é a prevenção de afogamentos.

O Corpo de Bombeiros vai intensificar as atividades de busca e resgate de embarcações em situação de risco. A corporação colocou à disposição 821 bombeiros e 794 guarda-vidas por tempo determinado para atuação nas praias. As ações cobrem ainda as represas Billings, na Grande São Paulo, e Guarapiranga, na capital paulista.

Ao longo de 2022, foram registrados em todo o estado de São Paulo 3,1 mil afogamentos, sendo 2,3 mil nas praias.

Entre as recomendações dos bombeiros para evitar acidentes, está o cuidado especial com as crianças, que devem ser sempre acompanhadas por adultos, com consumo reduzido de bebidas alcoólicas. A corporação aconselha ainda não confiar demais em boias.

Em locais com correnteza, é importante obedecer as sinalizações e não deixar a água ultrapassar a altura da cintura.

Evitar mergulhar sob o efeito de bebidas alcoólicas, que causam a diminuição da percepção de risco. Não pular de cabeça em locais como rios, lagos e no mar.

O policiamento também será reforçado no litoral com 3,1 mil policiais militares. Foram abertas ainda 12 mil vagas para diárias especiais de jornada extraordinária para policiais civis e militares.

BANG-BANG

Após tapa, deputado propõe porte de arma a todos os parlamentares

ALEX BRAGA/AE

O deputado federal José Medeiros (PL-MT) protocolou na quinta-feira passada, um projeto de lei para permitir o porte de arma de fogo à todos os membros do Congresso Nacional. A iniciativa tem por objetivo, segundo a justificativa do texto, proteger os parlamentares, pois eles "podem se tornar alvos favoritos de desequilibrados em busca de notoriedade."

Em sua argumentação, o autor ainda afirma que os debates políticos "não poucas vezes, extrapolam os muros." E neste caso, segundo ele, podem ocorrer "comportamentos radicais com ameaças de agressões físicas e, até mesmo, de atentados contra à vida."

O texto foi apresentado um dia após, o deputado federal Washington Quaquá (PT-RJ) dar um tapa no rosto do deputado federal Messias Donato (Republicanos-ES), e chamar de 'viadinho' deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG).

O texto do projeto também propõe que as assembleias legislativas e a Câmara Distrital decidam diretamente se os seus membros poderão ou não portar armas de fogo.

TIROTEIO NO SENADO

O Senado Federal já foi palco de uma tragédia envolvendo arma de fogo. No dia 4 de dezembro de 1963, o então senador Arnon de Melo (PDC), pai do e ex-presidente Fernando Collor, atirou contra o senador Silvestre Péricles de Góis Monteiro (PST), seu arquirrival na política de Alagoas.

O projétil acabou atingindo o acreano José Kairala (PSD), senador de apenas 39 anos, que ocupava o cargo desde 4 de julho daquele mesmo ano.

Por conta deste episódio que chocou a opinião pública da época, foi votada no dia seguinte a proibição do porte de arma nas dependências do Congresso Nacional. Desde então, até mesmo parlamentares que tenham porte de arma, não podem andar armados no prédio.

Nota

PF INVESTIGA EM MANAUS DIFAMAÇÃO ELEITORAL POR 'IA'

A Polícia Federal instaurou um inquérito para investigar suposta difamação eleitoral produzida por meio de inteligência artificial. A investigação se debruça sobre uma denúncia feita pelo prefeito de Manaus, David Almeida, de que estaria circulando nas redes sociais um áudio atribuído a ele, com insultos aos professores da capital amazonense. Segundo a PF, a análise da gravação mostrou que a voz foi manipulada com a utilização de inteligência artificial.

COLÔMBIA

Preso segurança de mandante da mortes de Bruno e Dom

A Polícia Federal prendeu nesta sexta-feira, um homem apontado como segurança particular de Rubem Dario da Silva Villar, o Colômbia, indiciado como suposto mandante dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

O homem foi preso por porte ilegal de arma de fogo quando a Polícia Federal vasculhava sua casa no bojo das investigações sobre os homicídios ocorridos em 5 de junho de 2022, na Terra Indígena do Vale do Javari.A PF encontrou na casa do segurança de Colômbia uma pistola PT 58 HC

Taurus com a numeração raspada e seis munições calibre 380 A arma e as munições foram apreendidas e o preso foi encaminhado à Delegacia da Polícia Federal em Tabatinga.

A PF chegou ao investigado preso nesta sexta após colher informações, inclusive em documentos, de que Colômbia possuía um segurança armado.

Segundo os investigadores, era por meio de informações fornecidas pelo segurança preso que Colômbia chefiava uma suposta organização criminosa transnacional armada especializada em pesca ilegal e contrabando.

Nota

TABELA SUS PAULISTA TRARÁ ATÉ 5 VEZES MAIS RECURSOS PARA HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

O governo de Sp anunciou em 2023 dois programas para dar resposta à defasagem histórica causada pela ausência de atualizações dos valores da tabela nacional do SUS. A partir de 2024, a Tabela SUS Paulista complementará os pagamentos a unidades filantrópicas que prestam serviços pelo SUS, enquanto o IGM SUS Paulista aumentará os repasses aos municípios para a gestão das unidades municipais que atendem ao Sistema Único de Saúde. Juntos, esses programas vão contribuir a partir de 2024 para a sustentabilidade financeira das unidades, fomentando mais qualidade nos serviços e o aumento no número de pacientes atendidos, reduzindo as filas e beneficiando a população. "Isso significa que a nossa filantropia vai ter fôlego financeiro e o incentivo para fazer cirurgia, porque não vai ter mais prejuízo. E o incentivo à gestão municipal vai fazer o repasse per capita subir, na média, mais de R$ 20.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 35º 21º 85% 05:02 18:34

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Solenidade do Natal do Senhor – Missa da Noite

"Nasceu hoje para nós o Salvador, o Messias que é o Cristo, Senhor" (Sl 95/96)

Chegamos à celebração da Noite do Natal do Senhor, hoje foi um dia um pouco atípico, pois até a Oração das Vésperas celebramos as missas do quarto domingo do Advento e desde essa hora, as missas da noite de Natal.

Seria importante participarmos da celebração da missa antes de ir para casa cear com a família e confraternizar. Sobretudo recordar o verdadeiro sentido do Natal que nunca foi o Papai Noel e troca de presentes, mas sim, verdadeiramente, recordamos o nascimento de Jesus, o Verbo que se fez carne.

Nessa Noite Santa, entoamos novamente o Hino do Glória e podemos proclamar, junto com os anjos, "*Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens por Ele amados*". Nessa Noite Santa elevemos uma prece de gratidão a Deus, por nos ter dado o seu filho. Agradeçamos também a Nossa Senhora por ter dado o "sim" ao projeto de Deus. Jesus já nasceu há mais de dois mil anos em Jerusalém, mas agora Ele deve nascer em nosso coração.

Essa noite deve ser de grande alegria para nós, não deve ter espaço para tristeza, pois devemos nos alegrar com o grande presente que Deus nos deu. Peçamos a Deus que nessa Noite Santa o Menino Jesus nos traga a paz. Paz nas famílias, no nosso país, no mundo, que enfrenta pelo menos duas grandes guerras. No Natal as desavenças devem ser superadas e as famílias devem se unir em torno do presépio. Jesus é a causa de nossa alegria, por isso, se Ele nasceu essa noite deve ser alegre.

Existe um cântico entoado na Igreja ao longo do tempo do Natal que diz: "*É natal de Jesus, festa de alegria, esperança e luz*". Que neste Natal o menino Jesus nos encha de alegria, de esperança em dias melhores e ilumine com a sua Luz as trevas. Sejamos missionários e levemos a alegria que vem de Jesus para os entristecidos, agradeçamos a Deus o dom da nossa vida.

A missa da Noite de Natal, conhecida como "Missa do Galo", teria que ser celebrada a meia-noite, mas devido à segurança em nossas cidades e por questões pastorais, as paróquias realizam essa missa ao anoitecer. É Missa do Galo, porque o galo é o primeiro que canta quando amanhece o dia, e Jesus é o Sol nascente que veio nos visitar.

A primeira leitura da missa de hoje é do profeta Isaías (*Is 9, 1-6*), cerca de quatrocentos anos a.C., prevê aquilo que aconteceria a partir do nascimento de Jesus Cristo. Isaías estava no contexto do exílio da Babilônia e o povo encontrava-se triste e desanimado. Isaías diz que o povo que andava na escuridão viu uma grande luz e para aqueles que andavam nas sombras da morte, uma luz resplandeceu. A tristeza deu lugar a alegria e o povo que andava nas trevas viu uma grande luz. As trevas representam a escuridão e o pecado, e Cristo vem iluminar as trevas e nos redimir do pecado. Naquele momento, o povo voltava de um período de escuridão e de pecado que era o exílio da Babilônia e, de agora em diante, o povo voltou para a sua terra, sob a luz do Senhor, com o propósito de não pecar mais, Deus se propõe a selar uma aliança eterna com esse povo.

O menino que vai nascer restabelecerá a aliança rompida pelo povo e selará uma aliança eterna entre a Humanidade e Deus. Ele há de ser o príncipe da paz, conselheiro admirável, Deus forte. Ele anunciará a paz e o seu reinado será sobretudo em prol dos humildes, pregará a justiça e a paz.

O Salmo responsorial é o 95 (96), o refrão desse salmo vai de encontro com o que ouvimos na primeira leitura e com o que celebramos nessa noite e diz: "*Nasceu hoje para nós o Salvador, o Messias que é o Cristo, Senhor*". O Messias era esperado há muito tempo por todo o povo judeu, eles esperavam que o Messias viria como um forte guerreiro, mas ao contrário, o Messias veio pobre e humilde, a fim de reconduzir todos para Deus e ensinar o caminho do amor. Entoemos um cântico de louvor ao Senhor nessa Noite Santa.

A segunda leitura é da carta de São Paulo a Tito (*Tt 2, 11-14*), Paulo diz a Tito que a graça de Deus se manifestou sobre todos nós, pois Deus nos presenteou com o nascimento de seu filho. A morte de Cristo na cruz foi para selar a aliança entre Deus e a Humanidade e para redimir a Humanidade do pecado. Foi um sinal da graça e da misericórdia de Deus. Jesus nasceu uma vez em Jerusalém, nessa noite Ele deverá nascer em nosso coração. No Natal um mistério nos prepara para o outro, ou seja, o nascimento de Jesus nos aponta para a morte na Cruz que iremos celebrar dentro de alguns meses. Cabe a nós agora, aguardar a segunda vinda de Cristo, que não sabemos quando será, mas estejamos em constante oração e vigilância.

O Evangelho dessa noite Santa é de Lucas, (*Lc 2, 1-14*), esse trecho do Evangelho de Lucas relata quando a José e Maria foram até a sua cidade Natal a fim de registrarem-se como moradores, a fim de cumprir o decreto do imperador Cesar Augusto. Eles subiram de Nazaré, na Galileia, para Belém, na Judeia, por serem da descendência de Davi.

Aconteceu que enquanto subiam completou-se o tempo da gravidez de Maria e ela deu à luz ao seu filho primogênito. Ela o enfaixou e o colocou numa manjedoura, pois não havia lugar para eles na hospedaria. Não havia lugar para o Filho de Deus nascer, e Jesus nasce em uma estrebaria, ou seja, local que se guardava os animais. O Filho de Deus nasce humilde para mostrar à Humanidade que não importa o ter e o poder, mas que importa é o amor. O Filho de Deus tinha que nascer assim, para que o Reino de Deus não se constrói com mostrar à Humanidade guerras e espadas, mas se constrói no silêncio, na humildade e no amor.

Podemos ainda, a partir desse Evangelho, lançar para nós mesmos, em nosso interior a pergunta: *Será que nos dias de hoje, Maria e José encontrariam lugar para o seu filho nascer? Em nossa casa, na nossa família tem espaço para abrigar a Sagrada Família?* Nessa noite abramos as portas de nossa casa para acolher o Menino Jesus, que o Papai Noel não prevaleça mais do que o Menino Jesus.

GENOCÍDIO

EUA se abstêm e Conselho de Segurança aprova mais ajuda humanitária à Gaza

O Conselho de Segurança da ONU adotoua sexta-feira, a resolução que pede o aumento da ajuda humanitária aos civis na Faixa de Gaza. Após quase uma semana de intensa negociação para evitar que os Estados Unidos, principal aliado de Israel, vetassem o texto, foi aprovada uma versão diluída, sem a parte que pedia a "suspensão urgente das hostilidades" no enclave.

Os Estados Unidos já haviam usado o poder de veto como membro permanente do Conselho duas vezes para barrar resoluções que pediam cessar-fogo em Gaza, onde a guerra já deixou mais de 20 mil mortos, segundo o ministério da Saúde local que é controlado pelo Hamas. Dessa vez, decidiu se abster, permitindo que a resolução fosse aprovada após uma intensa negociação que contou com Egito e Emirados Árabes Unidos.

Depois de ser suspensa repetidas vezes durante a semana enquanto o texto era modificado para garantir o apoio de Washington, a votação terminou com 13 votos a favor e nenhum contrário. Além dos EUA, a Rússia, que também é membro permanente do Conselho, se absteve. Moscou havia sugerido uma alteração que incluía a pausa nos combates, ao que a Casa Branca se opõe.

Principal aliado de Israel, os Estados Unidos têm repetido que Tel-Aviv tem o direito de se defender e que o cessar-fogo não trará a paz duradoura para região. Recentemente, no entanto, o governo Joe Biden alertou que o primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu estava começando a "perder apoio" depois que os dois lados expressaram publicamente as suas divergências sobre o futuro de Gaza. Desde então, a Casa Branca tem elevado a pressão para garantir a proteção dos civis no enclave palestino.

A resolução apresentada pelos Emirados Árabes Unidos, o único país árabe atualmente no conselho de 15 membros, apela às partes em conflito em Gaza que permitam a utilização de "todas as rotas disponíveis" para Gaza para entrega de ajuda, segundo o rascunho distribuído antes da votação. No lugar da "suspensão urgente das hostilidades", o Conselho pede que se estabeleçam "condições para uma cessação sustentável das hostilidades".

"Sabemos que este não é um texto perfeito, sabemos que apenas um cessar-fogo acabará com o sofrimento", disse Lana Nusseibeh, embaixadora dos Emirados Árabes Unidos que tem liderado as negociações.

CÓRDOBA

Argentina tem novos protestos e confrontos com a polícia

Manifestantes voltaram às ruas em diferentes cidades da Argentina na noite de quinta-feira passada, em protesto contra o decreto de Javier Milei para desregulamentar a economia. Essa foi a segunda noite seguida de protestos, mesmo com a proibição de fechar ruas e a ameaça do governo de retirar benefícios sociais para quem for flagrado em bloqueios. Em Córdoba, houve confronto com a polícia.

Vídeos que circulam nas redes sociais mostram o conflito com a polícia, que lançou gás de pimenta e disparou com balas de borracha.

Segundo informações da imprensa argentina, a confusão começou durante um panelaço, que reuniu cerca de mil pessoas em Córdoba.

Pelo menos cinco manifestantes foram detidos e cinco policiais ficaram feridos, disseram as autoridades da província ao jornal Clarín.

Em Buenos Aires, os manifestantes se reuniram em frente ao Congresso, cercados por um cordão de policiais, como já havia acontecido na noite anterior. Em paralelo, foram ouvidos panelaços em diferentes bairros da capital argentina.

Os protestos chegaram ainda às cidades de La Plata e Rosário e reuniram diferentes grupos contra o que tem sido chamado na Argentina de "megadecreto", o ato do governo Milei que derrubou mais de 300 leis por meio de um mecanismo similar à Medida Provisória do Brasil.

O Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), entre outras coisas, abre caminho para privatizar todas as empresas públicas argentinas, medida que revoltou servidores públicos.

Outro grupo presente nas manifestações são os inquilinos, que reclamam do fim da Lei do Aluguel e temem perder garantias ao negociar diretamente com os proprietários praticamente todos os termos do contrato, inclusive em que moeda será cobrado.

Os movimentos sociais já anteciparam mobilizações para a semana que vem. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) anunciou uma marcha em direção ao Palácio da Justiça, em Buenos Aires, na próxima quarta-feira. O objetivo é pressionar para que o decreto seja declarado inconstitucional.

'VEM MAIS POR AÍ'

Na quinta-feira passada, diante da pressão, o governo defendeu o decreto e prometeu medidas adicionais para liberalizar a economia: "vem mais por aí", disse o próprio Milei.

O libertário aposta em um duro ajuste fiscal como saída para crise na Argentina, onde a inflação anual está na casa dos 160%.

O decreto desta semana, que teve 30 medidas detalhadas pelo presidente em seu primeiro pronunciamento nas cadeias de rádio e TV da Argentina, soma-se ao pacote que já havia sido anunciado pelo ministro da Economia Luis Caputo, com corte de subsídios e desvalorização da moeda.

Analistas afirmam que as medidas em si não surpreendem porque estão de acordo com as promessas de campanha do libertário. Mas a desregulamentação da economia por decreto é criticada pelos manifestantes e pela oposição, que acusa o Executivo de atropelar os Poderes na Argentina.

Panelaços voltam às ruas contra Milei, que promete mais medidas

JÉSSICA PETROVNA/AE

Ao defender o megapacote de medidas anunciado na noite anterior de desregulamentação econômica, o presidente argentino, Javier Milei, prometeu que "mais está por vir", sem especificar seus próximos passos. Apesar de ser editado pelo Poder Executivo, o decreto deve ser enviado ao Congresso, onde partidos de oposição já se manifestaram contrários a ele. Moradores de Buenos Aires também demonstraram descontentamento com as medidas com os tradicionais "panelaços" em frente ao Congresso, bairros da capital e cidades do entorno durante a madrugada.

"A repercussão foi muito importante, até nossas próprias fileiras ficaram surpresas com o nível de profundidade da decisão e aviso que há mais, vocês descobrirão em breve", disse Milei nesta quinta-feira, em entrevista à rádio Rivadavia.

CONCESSÃO DE LICENÇA
Carrefour Comércio e Indústria Ltda - CNPJ 45.543.915/0291-63, torna público que recebeu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo EIS-PRO-2023/06657 a Licença Municipal de Instalação EIS-LMI-2023/00175 com validade até 18/12/2027 para Instalação de Equipamento de Lavagem de Veículos na Avenida das Américas, nº 5.150, Barra da Tijuca/RJ.

LANSID EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF 04.027.888/0001-07 - NIRE 33.2.0656717-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS - Para: Quinze de Setembro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Boni Bini Empreendimentos Imobiliários Ltda., Wakestar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e WF4 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (via publicação em jornais na forma da legislação em vigor). A LANSID Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sociedade"), através de seus administradores, Sr. Roberto Landau e Sr. Roberto Sid, vem por meio deste Edital, na forma prevista em seu Contrato Social e conforme disposição contida no art. 1072 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), convocar, na forma do art. 1.152, parágrafos 1º e 3º do Código Civil, todos os seus sócios a participar de **reunião de sócios** da Sociedade, a ser realizada na seguinte data, hora e local: **Data**: 30 de dezembro de 2023. **Local**: na sede da Sociedade, localizada na Av. das Américas, nº 700, bloco 6, sala 140, Barra da Tijuca, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22.640-100. **Horário**: 09:30h em primeira convocação e 10:00h em segunda e última convocação. **Ordem do Dia**: **(i)** Deliberação sobre **(i.1)** a manifestação de saída de determinados sócios da Sociedade mediante o ingresso de um novo; **(1.2)** a oferta ao(s) sócio(s) remanescente(s) de aquisição preferencial de quotas do(s) sócio(s) retirante(s), na forma da lei; e **(i.3)** deliberação sobre a consequente alteração do contrato social para ajuste do quadro societário e da participação dos sócios no capital social da Sociedade; e **(ii)** Assuntos gerais. RJ, 20 de dezembro de 2023. **LANSID Empreendimentos Imobiliários Ltda.**. (por Roberto Landau e Roberto Sid)

2024

IPVA do Rio de Janeiro terá redução média de 4,39% em

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do Rio de Janeiro vai ficar, em média, 4,39% mais barato em 2024, conforme registrado nos valores venais divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ), na próxima terça-feira, no Diário Oficial.

Fornecidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), as quantias se referem aos preços de mercado dos veículos, sobre os quais são aplicadas as alíquotas do tributo. Os carros e as motos, que representam a maior parte da frota de cerca de 4 milhões de pagantes do imposto, terão as reduções médias de 4,61% e 3,97%, respectivamente.

O IPVA deve ser pago por meio da Guia de Regularização de Débitos (GRD), que poderá ser emitida pelo contribuinte no início do ano no Portal do IPVA da Fazenda ou no site do Banco Bradesco. É preciso informar os números do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e do CPF ou CNPJ do proprietário. O pagamento poderá ser realizado em qualquer agência bancária.

O imposto poderá ser pago em três parcelas ou à vista, com 3% de desconto. O primeiro vencimento da tabela, para os automóveis com final de placa número 0, ocorrerá no dia 22 de janeiro, independente da modalidade de quitação escolhida pelo contribuinte.

FERIADÃO

Rodoviária espera alta de 10% no total de viajantes

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

A concessionária que administra a Rodoviária do Rio de Janeiro prevê para este fim de ano um movimento - entre embarques e desembarques – envolvendo 644 mil viajantes entre sexta-feira (12) e o dia 2 de janeiro próximo.

O total estimado é 10% maior em relação ao mesmo período de 2022. Serão mais de 20 mil ônibus disponibilizados por 41 empresas para atender a alta demanda por viagens.

A procura por viagens rodoviárias nas linhas de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, em regiões atendidas pelo setor aéreo, fortemente impactado pelas altas tarifas, cresceu em torno de 20% na média do ano, com as maiores altas nos últimos meses de outubro.

A maior parte dos passageiros que deixará o Rio para o feriado de Natal começou a embarcar nessa quinta-feira (21). Sexta-feira (22), no entanto, é o dia com maior saída do Rio, alcançando mais de 38.300 pessoas viajando principalmente em direção a cidades mais procuradas como as de curta distância como as turísticas do estado do Rio (Costa do Sol, Costa Verde, região serrana e interior do estado) e regiões de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Os números da concessionária que administra o terminal carioca indicam também que, entre os que chegam ao Rio, o sábado (23) será o dia com maior número de passageiros desembarcando (35.300).